

9. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O GRUPO DESPORTIVO DE FIGUEIREDO:

Da **DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação da minuta ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar entre o **Município de Braga** e o **Grupo Desportivo de Figueiredo**, no montante de **2.000,00 €**, nos termos da parte F-Título II do Código Regulamentar do Município de Braga.

Tudo conforme proposta e respetiva minuta, que vão em anexo.

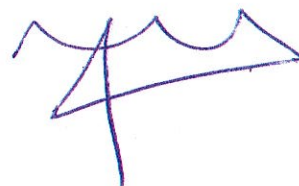
Nº Informação: 4979

Data: 01/02/2021

Assunto: Pedido de apoio na área desportiva

À Sd Sd Sd

210317



O Grupo Desportivo de Figueiredo, pessoa coletiva n.º 502170743, com sede na Rua Nossa Senhora de Fátima, 4705-728, Figueiredo, Braga, com o RECAM 124/2015, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para a época desportiva 2020/2021, no valor de 2.000€ (dois mil euros).

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato). No que respeita ao prazo, é de referir que face à pandemia que forçou por tempo indeterminado a atividade normal das modalidades desportivas (treinos e competições), o pedido de apoio apenas é agora apresentado.

O principal objetivo do Grupo Desportivo de Figueiredo é dar continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, a formação de jovens, tendo em consideração as condições proporcionadas aos atletas, nomeadamente as condições de treino/material disponível, as habilitações dos professores/treinadores e apoio complementares, como o apoio clínico (médico/fisioterapia).

O clube na sua totalidade tem 153 atletas de formação, nos diferentes escalões como juniores, juvenis, iniciados, infantis, benjamins, traquinas e petizes, que participam nas competições organizadas pela Associação de Futebol de Braga e pela Associação Portuguesa de Escolas de Futebol.



No início da época, o Grupo Desportivo de Figueiredo, antecipou toda a preparação logística da época desportiva 2020/2021, mas derivado ao aumento da pandemia covid-19, que obrigou à interrupção do desenrolar normal das atividades desportivas, colocando em causa a sustentabilidade financeira do clube, uma vez ser um clube de dimensão mais pequena e que por falta de receita não consegue fazer face às despesas correntes, sendo desta forma o apoio do Município imprescindível para a sobrevivência desta entidade perante esta pandemia.

O Clube descreve ainda, algumas lacunas a níveis de estrutura, como a falta de iluminação para a realização dos treinos e dos jogos, as condições do campo uma vez que este se encontra demasiado gasto e não apresenta as condições de total segurança para os seus atletas.

O presente pedido de apoio financeiro visa a continuidade de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades. Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município equacionar a celebração de um contrato-programa, com o Grupo Desportivo de Figueiredo, pessoa coletiva n.º 502170743, com sede na Rua Nossa Senhora de Fátima, 4705-728, Figueiredo, Braga, com o RECAM 124/2015, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para a época desportiva 2020/2021, no valor de 2.000€ (dois mil euros).

À consideração superior,

Utilizador: Rosa Maria Silva Dias Canário

Praça Conde de Agrolongo 4704 - 514 Braga
Balcão Único Municipal
MODCMB02001_00

Tel. 253 616 060 - Fax 253 203 151

www.cm-braga.pt - e-mail : municipe@cm-braga.pt
Horário contínuo de 2.ª a 6.ª feira das 9h00 às 17h30
Página 2 de 2



MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: em representação do Grupo Desportivo de Figueiredo, na qualidade de Presidente, pessoa coletiva n.º 502 170 743, com sede na Rua Nossa Senhora de Fátima, 4705-728, na freguesia de Figueiredo, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado em 7 de dezembro de 2006, atualmente o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II, da parte F, do **Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto**, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, procedendo ao pagamento das inscrições dos atletas, na respetiva associação da modalidade, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.

Cláusula 2.ª

(Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano,

devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro;

- b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no 2.000,00€ (dois mil euros).

2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, podendo, caso se justifique, ser anexado um cronograma financeiro, bem como que documentos devem ser apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa.

Cláusula 4.^a

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.^a

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.^a

(Gestão e destino dos bens adquiridos ou construídos)

A gestão das infraestruturas e dos equipamentos referidos na cláusula 1.^a é da responsabilidade da **ENTIDADE**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.

Cláusula 7.^a

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho 2021 (Época Desportiva 2020/2021 com início em 01.07.2020)

Cláusula 8.^a

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 9.^a

(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente

impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 10.^a

(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em Braga, a 22 de fevereiro de 2021, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)